

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1 ^a EDIÇÃO.....	7
NOTA DO AUTOR À 2 ^a EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À 3 ^a EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À 4 ^a EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 5 ^a EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À 1 ^a EDIÇÃO	19

CAPÍTULO I A ATIVIDADE BANCÁRIA E SUA REGULAÇÃO JURÍDICA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO BANCÁRIO COMO DISCIPLINA JURÍDICA DA ATIVIDADE BANCÁRIA	33
2. DIREITO BANCÁRIO NO QUADRO DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS	36
3. ATIVIDADE BANCÁRIA E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	43
4. DIREITO BANCÁRIO E POLÍTICA ECONÔMICA	47
5. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O DIREITO BANCÁRIO	49
6. PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO BANCÁRIO	50

CAPÍTULO II ASPECTOS FUNCIONAIS DO DIREITO BANCÁRIO: RELAÇÕES ENTRE MOEDA, CRÉDITO E BANCO

1. DEFINIÇÃO E EFICÁCIA JURÍDICA DA MOEDA	53
1.1. Característica e funções principais da moeda no sistema econômico.....	58

1.2. Moeda papel, moeda fiduciária, moeda bancária e moeda eletrônica	61
1.3. Moeda e sistemas de pagamento	65
1.4. Moeda digital e criptoativos	67
1.5. Moeda e taxa de juros	70
2. CRÉDITO COMO OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA TÍPICA	73
2.1. Eficácia jurídica do crédito	77
2.2. Tutela jurídica do crédito	80
3. DISCIPLINA DOS MEIOS DE PAGAMENTO	83
3.1. Os arranjos de pagamento	86
3.2. Instituições de pagamento	89
3.3. O Sistema de Pagamento Instantâneo (SPI) – “Pix”	91

CAPÍTULO III FONTES DO DIREITO BANCÁRIO

1. IMPORTÂNCIA DAS FONTES DO DIREITO BANCÁRIO.....	93
2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	95
3. LEI 4.595/1964 – LEI BANCÁRIA	97
4. OUTRAS LEIS ESPARSAS	98
5. CÓDIGO CIVIL	99
6. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	100
7. NORMAS ADMINISTRATIVAS REGULATÓRIAS	102
8. USOS E COSTUMES BANCÁRIOS	102
9. SOFT LAW: RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS E NORMAS INSTITUCIONAIS.....	103
9.1. Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: os acordos de Basileia	104
9.2. Os padrões regulatórios do <i>Financial Stability Board</i>	113
10. AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA	115

CAPÍTULO IV
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1.	O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	117
1.1.	Ordenação jurídica do Sistema Financeiro Nacional	119
1.2.	Integrantes do Sistema Financeiro Nacional.....	122
1.2.1.	Bancos	123
1.2.1.1.	Bancos comerciais	124
1.2.1.2.	Bancos de investimento	125
1.2.1.3.	Bancos de desenvolvimento	126
1.2.1.4.	Bancos de câmbio.....	127
1.2.2.	Sociedades de crédito, financiamento e investimento.....	128
1.2.3.	Sociedades de crédito imobiliário	128
1.2.4.	Bancos cooperativos e cooperativas de crédito	129
1.2.5.	Companhias hipotecárias.....	137
1.2.6.	Agências de fomento	138
1.2.7.	Associações de poupança e empréstimo	139
1.2.8.	Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte	140
1.2.9.	Bancos públicos e Sistema Financeiro Nacional	141
1.2.9.1.	Banco do Brasil.....	142
1.2.9.2.	Caixa Econômica Federal	143
1.2.9.3.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	144
1.2.9.4.	Bancos estaduais	145
1.3.	Correspondentes bancários.....	145
1.4.	<i>Fintechs:</i> sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimos entre pessoas	148
2.	A REGULAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	153
2.1.	Regulação do Sistema Financeiro Nacional e intervenção do Estado no domínio econômico.....	153
2.1.1.	Regulação e supervisão bancária	157
2.1.2.	Regulação bancária e política econômica.....	160
2.2.	Estrutura de regulação	161
2.2.1.	Conselho Monetário Nacional	162
2.2.2.	Banco Central do Brasil.....	164

2.3.	Conteúdo da regulação jurídica do sistema financeiro	170
2.3.1.	Conformação da competência regulatória	171
2.3.2.	Regulação econômica e competência regulamentar.....	177
2.3.3.	Regulação bancária e defesa da concorrência.....	179
2.3.4.	Regulação experimental (“Sandbox” regulatório)	183
2.4.	Fiscalização e controle do Sistema Financeiro Nacional.....	187
2.4.1.	Competência de fiscalização e controle das instituições financeiras no âmbito do Sistema Financeiro Nacional	187
2.4.2.	Processo e procedimento administrativo sancionatório no âmbito do sistema financeiro.....	189
2.4.2.1.	Princípios informadores do exercício da competência sancionatória no âmbito do Sistema Financeiro Nacional	189
2.4.2.1.1.	Princípio da legalidade	190
2.4.2.1.2.	Princípio da culpabilidade	192
2.4.2.1.3.	Princípio do devido processo legal	193
2.4.2.1.4.	Princípio do contraditório e da ampla defesa....	195
2.4.2.2.	Processo e procedimento sancionatórios na esfera de atuação do BACEN.....	196
2.4.2.2.1.	Infrações puníveis.....	196
2.4.2.2.2.	Penalidades	198
2.4.2.2.3.	Medidas coercitivas e acautelatórias	203
2.4.2.2.4.	Procedimento administrativo (rito processual).....	205
2.4.2.2.5.	Termo de compromisso	207
2.4.2.2.6.	Acordo administrativo em processo de supervisão.....	209
2.4.2.3.	Processo e procedimento sancionatórios relativos a infrações à legislação de prevenção: à “lavagem”, ocultação e dissimulação de bens, direitos e valores	212
2.4.3.	Entidades e órgãos titulares de competência de fiscalização.....	214
2.4.3.1.	Banco Central do Brasil – BACEN	214
2.4.3.2.	O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF	217
2.4.3.3.	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional...	219
2.4.4.	Outras penalidades administrativas aplicáveis às instituições financeiras	221

2.4.4.1.	Sanções para infrações relativas à “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	221
2.4.4.2.	Sanções de infrações relativas a operações cambiais.....	221
2.5.	Proteção do consumidor e regulação do sistema financeiro	222
2.5.1.	Aplicabilidade das normas de defesa do consumidor às relações bancárias	223
2.5.2.	Eficácia das normas de defesa do consumidor nas relações bancárias.....	231
2.5.3.	Deveres da instituição financeira na concessão de crédito.....	232
2.5.4.	Crédito responsável e superendividamento do consumidor	245
2.5.4.1.	Deveres na oferta e concessão do crédito.....	249
2.5.4.2.	Sanções no caso de violação dos deveres previstos em lei	256
2.6.	Autorregulação bancária	258
3.	A REGULAÇÃO JURÍDICA DOS RISCOS BANCÁRIOS	259
3.1.	A definição de riscos bancários e sua regulação jurídica	259
3.1.1.	Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital (“Acordos de Basileia”)	266
3.1.2.	Espécies de riscos bancários.....	268
3.1.2.1.	Risco de crédito.....	269
3.1.2.2.	Risco de liquidez	271
3.1.2.3.	Risco operacional.....	273
3.1.2.4.	Risco de mercado	275
3.1.2.5.	Risco sistêmico.....	278
3.1.2.6.	Risco social	278
3.1.2.7.	Risco ambiental.....	282
3.1.2.8.	Risco climático.....	282
3.1.3.	Regulação jurídica e prevenção de riscos bancários.....	283
3.1.3.1.	Segmentação das instituições financeiras para aplicação proporcional da regulação prudencial	287
3.1.3.2.	Estruturas de gerenciamento de riscos e de capital	289
3.2.	Governança corporativa nas instituições financeiras que integram o sistema bancário.....	292

CAPÍTULO V
A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA

1.	A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA	297
1.1.	Sujeitos da relação jurídica bancária	299
1.2.	Objeto da relação jurídica bancária.....	300
1.3.	Atividade bancária como atividade empresarial.....	302
1.4.	Relação jurídica bancária como relação de consumo.....	303
1.5.	Sigilo bancário.....	310
1.5.1.	Fundamento constitucional do sigilo bancário.....	313
1.5.2.	Informações resguardadas sob sigilo bancário	319
1.5.3.	Procedimento para acesso às informações sigilosas	322
1.6.	Bancos de dados de informações de crédito e sua disciplina jurídica.....	324
1.6.1.	Bancos de dados de informações de adimplemento para formação do histórico de crédito	325
1.6.1.1.	Procedimento de inclusão de informações	328
1.6.1.2.	Conteúdo das informações arquivadas	330
1.6.1.3.	Direitos do titular das informações arquivadas.....	331
1.6.1.4.	Deveres das fontes.....	334
1.6.1.5.	Deveres do gestor do banco de dados	336
1.6.1.6.	Origem dos dados e compartilhamento das informações.....	337
1.6.1.7.	Responsabilidade da fonte, do gestor do banco de dados e do consultante	338
1.6.2.	Sistemas de pontuação de crédito (<i>scoring</i>)	338
1.6.3.	<i>Open banking</i> e <i>open finance</i>	343
2.	CONTRATOS BANCÁRIOS	346
2.1.	Aspectos distintivos dos contratos bancários.....	351
2.2.	Princípios contratuais aplicáveis aos contratos bancários	354
2.2.1.	Autonomia da vontade	355
2.2.2.	Boa-fé	356
2.2.3.	Equilíbrio (ou da equivalência material)	359
2.2.4.	Liberdade de forma	362
2.2.5.	Vulnerabilidade do consumidor	363

2.3.	Causa e função dos contratos bancários	365
2.3.1.	Bipartição de causas dos contratos bancários	371
2.3.2.	Conexidade, coligação e redes de contratos bancários	374
2.4.	Informação dos contratantes e contrato bancário.....	379
2.5.	Contratos bancários como contratos de adesão	385
2.6.	Automatização e contratação bancária.....	389
2.7.	Remuneração dos contratos bancários, equilíbrio das prestações e controle judicial.....	392
2.8.	Principais espécies de contratos bancários	396
2.8.1.	Contrato de conta-corrente	397
2.8.1.1.	Características	399
2.8.1.2.	Formação do contrato	401
2.8.1.3.	Espécies.....	402
2.8.1.4.	Eficácia jurídica.....	404
2.8.1.5.	Extinção do contrato.....	407
2.8.1.6.	Conta-corrente e cheque.....	413
2.8.1.6.1.	Características do cheque	413
2.8.1.6.2.	Formas de cheque.....	415
2.8.1.6.3.	Regime legal.....	415
2.8.1.6.4.	Ordem de pagamento à vista e boa-fé	417
2.8.1.6.5.	Prazo para apresentação e cobrança do cheque	419
2.8.1.6.6.	Ação de enriquecimento sem causa (locupletamento indevido) contra o emitente de cheque prescrito	420
2.8.1.6.7.	Cheque como prova da existência do crédito em ação monitória	424
2.8.1.6.8.	Revogação da ordem e sustação de pagamento.....	426
2.8.1.6.9.	Cheque cruzado.....	430
2.8.1.6.10.	Transmissão do cheque.....	430
2.8.1.6.11.	Emissão de cheques sem provisão de fundos....	431
2.8.2.	Contrato de depósito.....	434
2.8.2.1.	Características	437
2.8.2.2.	Formação do contrato	438

2.8.2.3.	Espécies.....	438
2.8.2.4.	Eficácia jurídica.....	441
2.8.2.5.	Extinção do contrato.....	441
2.8.3.	Contrato de mútuo.....	441
2.8.3.1.	Características.....	444
2.8.3.2.	Formação do contrato.....	445
2.8.3.3.	Espécies.....	447
2.8.3.4.	Eficácia jurídica.....	450
2.8.3.4.1.	Juros remuneratórios	452
2.8.3.4.2.	Juros moratórios	454
2.8.3.4.3.	Parâmetros de controle de juros e intervenção judicial no contrato bancário	456
2.8.3.4.4.	Comissão de permanência	460
2.8.3.4.5.	Multa contratual	464
2.8.3.5.	Extinção do contrato.....	465
2.8.4.	Contrato de abertura de crédito	467
2.8.4.1.	Características.....	469
2.8.4.2.	Formação do contrato.....	471
2.8.4.3.	Espécies.....	471
2.8.4.3.1.	Abertura de crédito simples e em conta corrente.....	472
2.8.4.3.2.	Abertura de crédito a descoberto ou garantida	472
2.8.4.4.	Eficácia jurídica.....	473
2.8.4.5.	Cédula de crédito bancário	475
2.8.4.6.	Extinção do contrato.....	483
2.8.5.	Desconto bancário.....	486
2.8.5.1.	Características.....	488
2.8.5.2.	Formação do contrato.....	490
2.8.5.3.	Espécies.....	491
2.8.5.3.1.	Desconto cambialista	491
2.8.5.3.2.	Desconto documentário.....	492
2.8.5.4.	Eficácia jurídica.....	492
2.8.5.5.	Extinção do contrato.....	494
2.8.6.	Antecipação bancária	495
2.8.6.1.	Características.....	496

2.8.6.2.	Formação do contrato	497
2.8.6.3.	Eficácia jurídica.....	498
2.8.6.4.	Extinção do contrato.....	499
2.8.7.	Crédito documentário	499
2.8.7.1.	Características.....	502
2.8.7.2.	Formação do contrato.....	503
2.8.7.3.	Espécies.....	503
2.8.7.4.	Eficácia jurídica.....	504
2.8.7.5.	Extinção do contrato.....	506
2.8.8.	Contratos de câmbio	506
2.8.8.1.	A disciplina do mercado de câmbio	508
2.8.8.2.	Características.....	511
2.8.8.3.	Espécies.....	513
2.8.8.4.	Eficácia do contrato	517
2.8.8.5.	Extinção do contrato.....	519
2.8.9.	Contratos de derivativos	520
2.8.9.1.	Características.....	523
2.8.9.2.	Formação do contrato	525
2.8.9.3.	Espécies.....	525
2.8.9.3.1.	O contrato de <i>swap</i>	526
2.8.9.3.2.	Os contratos a termo e futuros	526
2.8.9.3.3.	Os contratos de opções.....	527
2.8.9.3.4.	Contratos derivativos de crédito	528
2.8.9.4.	Eficácia jurídica.....	529
2.8.9.5.	Extinção do contrato.....	531
2.8.10.	Contratos de cartão de crédito	532
2.8.10.1.	Características.....	535
2.8.10.2.	Formação do contrato	535
2.8.10.3.	Eficácia jurídica.....	536
2.8.10.4.	Extinção do contrato.....	540
2.8.11.	Fundos de investimento	542
2.8.11.1.	Características.....	549
2.8.11.2.	Formação do contrato	551
2.8.11.3.	Categorias e classes de fundo.....	553
2.8.11.4.	Eficácia jurídica.....	560
2.8.11.5.	Extinção do contrato.....	567

2.9. Garantias dos contratos bancários	568
2.9.1. Garantias pessoais	571
2.9.1.1. Fiança.....	571
2.9.1.2. Aval	575
2.9.2. Garantias reais.....	577
2.9.2.1. Penhor.....	578
2.9.2.2. Hipoteca.....	582
2.9.2.3. Anticrese	588
2.9.3. Constituição de propriedade fiduciária e cessão fiduciária de direitos.....	589
2.9.3.1. Alienação fiduciária	590
2.9.3.2. Cessão fiduciária em garantia	594
2.9.4. O seguro de crédito	598
2.9.5. As cartas de conforto.....	601
 3. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	603
3.1. Pressupostos da responsabilidade civil das instituições financeiras	606
3.1.1. Conduta.....	608
3.1.2. Nexo de causalidade.....	609
3.1.3. Dano	613
3.1.4. Excludentes de responsabilidade civil dos bancos.....	617
3.2. Casuística da responsabilidade civil das instituições financeiras.....	628
3.2.1. Responsabilidade por violação do dever de segurança	628
3.2.2. Responsabilidade por violação do dever de fidúcia	638
3.2.3. Responsabilidade por violação dos deveres de lealdade e cooperação	645

CAPÍTULO VI

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM CRISE

1. CRISE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E INTERVENÇÃO DO ESTADO	649
1.1. Proteção dos depósitos privados nas instituições financeiras em crise.....	654
1.1.1. Garantia de depósitos e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	656
1.1.1.1. Natureza jurídica e custeio do Fundo Garantidor de Créditos	656
1.1.1.2. Finalidades.....	656

1.1.1.3. Composição	658
1.1.1.4. Conteúdo e efeitos da garantia.....	658
1.1.2. Garantia de depósitos e o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).....	660
1.2. Atuação do Banco Central na instituição financeira em crise	661
1.2.1. Medidas preventivas.....	663
1.2.2. Medidas interventivas	664
2. REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA (RAET).....	667
2.1. Efeitos.....	668
2.1.1. Nomeação do Conselho Diretor.....	669
2.1.2. Efeitos em relação às atividades da instituição financeira.....	670
2.1.3. Efeitos em relação à responsabilidade dos administradores.....	670
2.2. Causas de cessação do regime	671
3. INTERVENÇÃO	672
3.1. Efeitos.....	674
3.2. Formalização da intervenção e nomeação do interventor	675
3.3. Atribuições e responsabilidades do interventor	675
3.4. Conclusão da intervenção	676
4. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	676
4.1. Efeitos.....	679
4.2. Atribuições e responsabilidades do liquidante.....	683
4.3. Habilitação dos credores e liquidação das obrigações da instituição financeira.....	685
4.4. Encerramento da liquidação extrajudicial	687
5. RESPONSABILIDADE ESPECIAL DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	688
5.1. Do inquérito	689
5.2. Natureza da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal	690
5.3. Extensão da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal	698
5.4. Ação de responsabilidade	700

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES CONTÁBEIS E AUDITORES INDEPENDENTES	709
BIBLIOGRAFIA	713
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	747